

# Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 16

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pandemia de covid deixou 12 mil órfãos de até 6 anos de idade no Brasil..... 3

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA  
SEGURIDADE SOCIAL

Veja quem tem aposentadoria especial sem idade mínima..... 4

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova auxílio-gás com dividendos da Petrobras..... 5

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS paga parcela do 13º salário..... 6

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida em casa..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Laranjada em ato contra PEC..... 8

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores reúnem-se com Pacheco..... 9

MEIO NORTE - TERESINA - PI - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta pode reduzir valor da gasolina para R\$ 4,50..... 10

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Supremo estabelece destino do IR retido na fonte..... 11

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aumento do IOF ou recursos para financiar a transferência de renda?..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Ameaça ao teto de gastos estressa o mercado..... 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo adia anúncio do valor do Auxílio Brasil..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Para analistas, furar teto é dar com uma mão e tirar com outra..... 17

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
ECONOMIA

Após pressões, Planalto adia anúncio de auxílio fora do teto..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Precatórios: à espera de acordo..... 19

---

Quarta-Feira, 20 de Outubro de 2021

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Relator da PEC dos Precatórios se diz 'aberto' a ajustes no texto.....20

ZERO HORA - RS - OPINIÃO DA RBS  
ECONOMIA

AUXÍLIO TRIBUTÁRIO (Editorial)..... 21

# Pandemia de covid deixou 12 mil órfãos de até 6 anos de idade no Brasil

Ao menos 12.211 crianças de até seis anos de idade no Brasil ficaram órfãs de um dos pais vítimas da Covid-19 entre 16 de março de 2020 e 24 de setembro deste ano.

O levantamento é da Arpen-Brasil (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais), que aponta, ainda, que 25,6% dessas crianças não tinham completado um ano. As informações são da Agência Brasil.

Já 18,2% tinham um ano de idade; 18,2%, dois anos de idade; 14,5%, três anos; 11,4%, quatro anos; 7,8% tinham cinco anos; e 2,5%, seis anos. São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Ceará e Paraná foram os estados que mais registraram óbitos de pais com filhos nesta faixa etária.

Os dados foram levantados com base no cruzamento entre os CPFs dos pais nos registros de nascimentos e de óbitos feitos nos 7.645 cartórios de registro civil do país desde 2015, ano em que as unidades passaram a emitir o documento diretamente nas certidões de nascimento das crianças recém-nascidas em todo o território nacional.

Os números obtidos pela Arpen-Brasil, entidade que representa os cartórios de registro civil do Brasil e administra o Portal da Transparência, mostram que 223 pais morreram antes do nascimento de seus filhos, enquanto 64 crianças, até a idade de seis anos, perderam pai e mãe vítimas da Covid-19.

"A base de dados dos cartórios tem auxiliado constantemente os poderes públicos, os laboratórios e os institutos de pesquisas a dimensionar o tamanho da Covid-19 em nosso país, e o fato de termos esta parceria com a **Receita Federal** para a emissão do CPF na certidão de nascimento dos recém-nascidos nos permitiu chegar a este número parcial, mas já impactante", disse, em nota, o presidente da Arpen-Brasil, Gustavo Renato Fiscarelli.

**Site:** [https://issuu.com/oestadoce/docs/20-10\\_d66288b00b702b](https://issuu.com/oestadoce/docs/20-10_d66288b00b702b)

# Veja quem tem aposentadoria especial sem idade mínima

**LUCIANA LAZARINI**

O trabalhador que conseguir comprovar que completou as condições para a aposentadoria especial do **INSS** até 13 de novembro de 2019 ainda pode ganhar o benefício com regras anteriores à reforma da Previdência, mesmo se o pedido for feito só agora.

É o caso, por exemplo, de quem demorou para conseguir a alteração de um PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), documento que comprova a exposição do segurado a condições prejudiciais à saúde no ambiente de trabalho, como calor ou ruído, por exemplo.

A aposentadoria especial pré-reforma traz algumas vantagens: o **INSS** calcula a média salarial antiga, que descarta os salários menores, o benefício é integral, ou seja, sem o redutor criado pela reforma, e não há exigência de idade mínima.

O benefício será calculado com uma data anterior à, mas os atrasados serão pagos só a partir da DER (Data de Entrada do Requerimento), dia em que o trabalhador faz o requerimento. A aposentadoria especial pode ser solicitada pelo Meu **INSS** ou pelo 135.

"Muitas pessoas acham que teriam que provar esse tempo na época [antes do início da reforma], mas não é bem assim. A lei exige que tenha 15,20 ou 25 anos especiais até 13/11/2019, mas o trabalhador pode provar isso agora", diz o advogado Hilário Bocchi Jr., do escritório Bocchi Advogados.

"Se não tinha acesso a toda a documentação, mas em 2021 ou em 2022, por exemplo, consegue comprovar que tinha direito adquirido, nada nem ninguém retira esse direito, que está previsto na Constituição Federal. Essa prova pode acontecer a qualquer tempo, inclusive agora ou no futuro", explica o especialista.

Segundo ele, as duas possibilidades de ter a aposentadoria especial sem idade mínima são pelo direito adquirido antes da reforma e pela regra de transição de pontos, que considera a soma da idade com o tempo de contribuição.

**Site:** <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

# Senado aprova auxílio-gás com dividendos da Petrobras

FOLHAPRESS

## BENEFÍCIO

O Senado aprovou ontem a criação do programa Gás dos Brasileiros, auxílio que vai subsidiar, no mínimo, 50% do valor do botijão de gás para famílias de baixa renda. Foram 76 votos favoráveis e 1 contrário. O texto foi votado pelos deputados em setembro, mas foi alterado pelos senadores, que incluíram na versão final propostas apresentadas por Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Braga (MDB-AM). Por isso, o projeto voltará à Câmara. A principal mudança feita pelos senadores foi a exclusão da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) como fonte de recursos da iniciativa.

Outra modificação foi no nome do programa, que anteriormente era chamado de Gás Social. De acordo com a versão final, o governo deverá pagar, a cada bimestre, durante cinco anos, uma parcela que corresponda a pelo menos a metade da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg. Esse era um dos pontos previstos no projeto do deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Poderão ser beneficiadas pelo auxílio as famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional.

Além delas, o texto prevê o pagamento do benefício para aqueles que morem com quem receba o BPC (Benefício de Prestação Continuada) do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). O repasse, segundo o projeto, deverá ser concedido preferencialmente às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica que estejam sob o monitoramento de medidas prote-tivas de urgência.

De acordo com estimativas do relator, Marcelo Castro (MDB-PI), as despesas com o programa devem variar entre R\$ 4 bilhões a R\$ 8,5 bilhões por ano, a depender do percentual de subsídio concedido. Para bancar o Gás dos Brasileiros, serão utilizados os dividendos pagos pela Petrobras à União, as parcelas dos royalties devidos à União em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção e o bônus de assinatura nas licitações de áreas para a exploração de petróleo e de gás natural.

A proposta da Câmara previa que o programa fosse bancado com recursos da alíquota da Cide, mas Castro optou por retirar essa possibilidade para evitar um aumento no preço dos combustíveis. O resultado é reflexo do aumento anunciado pela Petrobras no início de outubro, quando os preços da gasolina e do gás de cozinha subiram 7,2% nas refinarias. Com isso, o quilo do gás de cozinha passou de R\$ 3,60 para R\$ 3,86, alta de R\$ 0,26. Assim, os 13 quilos necessários para encher um botijão custarão na refinaria o equivalente a R\$ 50,15.

## PARA ENTENDER

### ESTRUTURA DO BOLSA

O governo deverá utilizar a estrutura do Bolsa Família para organizar e operacionalizar o auxílio-gás. Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) mostram que o preço médio do gás na semana de 10 a 1º de outubro foi de R\$100,44.

#### Site:

<https://www.diarioonline.com.br/digital/Page?editionId=1903#book/40>

## INSS paga parcela do 13º salário

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) iniciou o pagamento da segunda parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas. Até 7 de julho, o instituto conclui o pagamento para cerca de 31 milhões de segurados. A data do depósito é de acordo com o número final do benefício (começa pelo 1), sem levar em conta o dígito verificador.

O pagamento é feito em duas parcelas. A primeira, correspondente a 50% do benefício devido no mês de maio de 2021, foi paga com os benefícios dessa competência - de 25 de maio a 8 de junho. A segunda parcela está sendo paga junto com os benefícios da competência do mês de junho de 2021 - de 24 de junho a 7 de julho. Normalmente, o pagamento ocorre nas competências de agosto e novembro.

Quem passou a receber o benefício depois de janeiro, terá o valor será calculado proporcionalmente.

Imposto de Renda A segunda parcela do 13º salário pode ter um valor diferente da primeira devido ao desconto do Imposto de Renda (IR). Essa tributação varia conforme a idade: para aposentados a partir de 65 anos, há isenção extra do Imposto de Renda e só é cobrado se o benefício superar R\$ 3.807,96. Já o segurado com idade até 64 anos paga IR caso receba acima de R\$ 1.903,98.

Quem tem direito Tem direito ao 13º salário quem, durante o ano, recebeu benefício previdenciário de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente ou auxílio- -reclusão. Não têm direito ao abono anual os que recebem benefícios assistenciais, como Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/ Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV).

## Prova de vida em casa

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) publicou portaria, no Diário Oficial da União, prevendo a possibilidade de seus beneficiários com dificuldades de locomoção solicitarem a realização de prova de vida em casa, mediante visita de representante do instituto. Idosos acima de 80 anos também poderão solicitar o serviço por meio de um requerimento.

De acordo com a Portaria 1.321, a visita favorecerá beneficiários "sem procurador ou representante legal cadastrado".

O requerimento que possibilita a comprovação de vida "por meio de pesquisa externa", pode ser feito por terceiros, por meio da Central 135; pelo aplicativo MEU **INSS**; ou por meio de outros canais a serem disponibilizados pelo **INSS**, "sem a necessidade de cadastramento de procuração para esse fim específico ou do comparecimento do beneficiário ou interessado a uma Agência da **Previdência Social** - APS".

# Laranjada em ato contra PEC

**Bernardo Lima**

O deputado Vinicius Poit (Novo-SP) partiu para cima de manifestantes que protestavam, ontem, no aeroporto de Brasília, contra a proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma administrativa. Ele chegou a empurrar um participante. Houve atos, também, em aeroportos de outras 15 capitais.

Além de Poit, Marcel van Hattem (Novo-RS) e Darci de Matos (PSD-SC), defensores da proposta, se irritaram e bateram boca ao serem recebidos por manifestantes, em Brasília, com garrafas de suco de laranja com foto e nome de cada um deles na embalagem.

Com carros de som, manifestantes também circularam pelas quadras residenciais dos deputados, tocando a música Barões da Rachadinha. Outro grupo se concentrou em frente à residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que, inclusive, reclamou do barulho.

Já o relator da PEC, deputado Arthur Maia (DEM-BA), reclamou, também ontem, da falta de disposição do Executivo para aprovar o texto. "Se o governo quer que a reforma administrativa seja aprovada, tem de se empenhar", frisou, após participar de reunião com outros congressistas e empresários em Brasília. "É preciso que o presidente da República arrume uma forma de motivar os líderes de sua base para votar. O que o governo pediu, foi atendido. Agora, precisa entrar nesse jogo." A PEC 32/2020 foi apresentada em setembro de 2020 pelo governo. Um ano depois, começou a avançar na Câmara. Para ser aprovada, precisa do apoio mínimo de 308 dos 513 deputados, em votação em dois turnos. Caso receba o aval, seguirá para o Senado, onde serão necessários os votos de 49 dos 81 congressistas, também em votação de dois turnos.

A matéria foi apreciada no fim de setembro pela comissão especial, mas ainda não consta da pauta do plenário porque Lira avalia não ter votos suficientes entre a maioria dos deputados para aprová-la.

Um dos pontos mais criticados na PEC é a terceirização de **servidores públicos**, já que a PEC estabelece a contratação temporária de servidores por até 10 anos. Os organizadores da campanha "Não seja laranja desta PEC" afirmam que a proposta permite "a contratação ilimitada de temporários e terceirizados para todas as áreas do serviço público".

De acordo com o texto, o processo seletivo para esses contratos deverá ser impessoal e simplificado, e não poderá ser firmado novo vínculo com o mesmo contratado em menos de dois anos a partir do fim do contrato anterior.

Além disso, a proposta estabelece que novos servidores poderão perder o cargo, caso tenham avaliação de desempenho negativa.

\*Estagiário sob supervisão de Cida Barbosa

Campanha

A campanha "Não seja laranja desta PEC" é realizada em parceria entre o Sindilegis (Sindicato dos Servidores da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas da União) e o Sindjus-DF (Sindicato dos Servidores do Judiciário e Ministério Público da União no DF). As duas entidades, em parceria com o Fonacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas do Estado) e a Frente Servir Brasil, têm realizado, semanalmente, manifestações às segundas e terças-feiras em 16 capitais (Brasília, Salvador, Fortaleza, Vitória, Goiânia, São Luís, Belo Horizonte, Belém, João Pessoa, Curitiba, Recife, Teresina, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo) desde o início de outubro.



# Governadores reúnem-se com Pacheco

**ANNA TENÓRIO**

para o etanol hidratado e 3,7% para o diesel B.

Amanhã, está marcada nova reunião do Fórum Nacional de Governadores com o presidente do senado, Rodrigo Pacheco (DEM - MG), para discutir uma questão crucial aos estados: o tema em debate será o projeto de lei aprovado na Câmara Federal, na última quarta-feira (13), que altera o cálculo do imposto cobrado sobre combustíveis.

A medida trata de uma tentativa de estabilizar os preços que vêm sendo cobrados pela gasolina e seus derivados, mas provocou reação imediata dos gestores estaduais.

Segurar o preço

Para o governador do Piauí, Wellington Dias (PT-PI), que é o coordenador do Fórum Nacional de governadores, o Brasil nada tem a ver com o preço cobrado pelo petróleo em âmbito mundial, já que o Brasil é autossuficiente em combustíveis e não depende do mercado externo. O gestor também voltou a defender a aplicação da **Reforma Tributária** para equilibrar o custo Brasil.

"Defendemos que, se o governo segurar o preço do combustível, estados seguram o ICMS, e a medida emergencial para segurar o preço é a capitalização do Fundo de equalização dos combustíveis que acabaram com a obrigatoriedade em 2016 e liberaram para praticar preço internacional. Ora, o que o Brasil, que é auto suficiente em combustíveis, tem a ver com o preço do petróleo do mundo?", questionou Wellington Dias, que completou: "Defendemos a **Reforma Tributária** que vai ajudar o Brasil a sair da crise", afirmou o governador piauiense.

Fórum dos governadores

O encontro foi solicitado pelo próprio Fórum dos Governadores e será realizado por videoconferência.

Os governadores calculam que perderão mais de R\$ 30 bilhões em arrecadação e avaliam que o projeto é inconstitucional.

Até o momento, o texto aprovado na Câmara obriga estados e Distrito Federal a fixar as alíquotas anualmente, fazendo-as vigorar por 12 meses a partir da publicação. O objetivo é reduzir o preço final para o consumidor nos postos. A redução média do preço final especulada foi de 8% para a gasolina comum, 7%

# Proposta pode reduzir valor da gasolina para R\$ 4,50

Aprovado na Câmara, o projeto de lei que modifica o cálculo do ICMS dos combustíveis continua sendo a 'bola da vez', nesse sentido, o Fórum Nacional dos Governadores, confirmou para a próxima quinta-feira, 21 de outubro, uma reunião com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (Democratas), por videoconferência.

O grupo de líderes estaduais, coordenado pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT), defenderá a equalização de um fundo de capitalização, que possibilitaria, inclusive, que o valor da gasolina caísse para até R\$ 4,50.

"Defendemos que se o governo segurar o preço do combustível, Estados seguram o ICMS, e a medida emergencial para segurar o preço é a capitalização do Fundo de equalização dos combustíveis que acabaram a obrigatoriedade em 2016 e liberaram para praticar preço internacional. Ora, o que o Brasil que é auto suficiente em combustíveis, tem haver com o preço do petróleo do mundo? E defendemos a **Reforma Tributária** que vai ajudar o Brasil a sair da crise", disse o governador piauiense.

A proposta, inclusive, chegou a ser pautada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, tendo em vista que o fundo foi capitalizado até o início da gestão Michel **Temer**.

"Estamos assumindo a responsabilidade da defesa da **Reforma Tributária** que vai além, ela faz reduzir o custo em até 25%.

Com o fundo de equalização que se o Ministro fizer para hoje, o resultado já vem amanhã, essa é a saída emergencial", apontou Dias em entrevista recente à imprensa nacional. (F.T.)

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf#pagesjmn>

# Supremo estabelece destino do IR retido na fonte

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o montante arrecadado a título de Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pelos entes federados, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços não precisa ser repassado à União, pois pertence aos próprios municípios, aos estados ou ao Distrito Federal. A decisão, unânime, foi tomada no Recurso Extraordinário (RE) 1293453, com repercussão geral (Tema 1.130), julgado em sessão virtual neste mês.

O recurso foi interposto pela União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que julgou a controvérsia sob a sistemática do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), mecanismo instituído pelo Código de Processo Civil (CPC) de 2015 para dar maior eficiência à gestão de processos pelo Poder Judiciário. É a primeira vez em que o Plenário julga recurso extraordinário oriundo dessa sistemática.

No caso concreto, o juízo da 1ª Vara Federal de Novo Hamburgo (RS) havia concedido liminar para que a União se abstinhasse de exigir do município de Sapiranga o produto de arrecadação do imposto sobre a renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos a pessoas físicas ou jurídicas, referentes a contratações de bens ou serviços. Diante do crescimento de ações similares ajuizadas na Justiça Federal quanto à correta interpretação da forma de distribuição dessas receitas, o magistrado de primeira instância, considerando a necessidade de dar solução isonômica à matéria, suscitou o IRDR perante o TRF-4.

Regionalmente, o TRF-4 fixou a tese de que a Constituição Federal (artigo 158, inciso I) define a titularidade municipal das receitas. No recurso ao STF, a União argumentava que deve ser atribuído aos municípios apenas o produto da arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos aos seus servidores e empregados. Alegava, ainda, que o legislador constituinte originário não teve nenhum intuito de promover alterações no quadro de partilha direta e que competiria à União instituir o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

Em 2018, a então presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, nos autos da Petição (PET) 7001, determinou a

suspensão nacional das decisões de mérito que envolvessem a interpretação do artigo 158, inciso I, da Constituição, em processos individuais ou coletivos. Ela determinou, ainda, que a petição fosse reatuada como Suspensão Nacional do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (SIRDR) 1, ou seja, a primeira a tramitar no Supremo.

Repercussão geral - Com a subida do recurso extraordinário ao STF, o presidente da Corte, ministro Luiz Fux, levou o processo à deliberação do plenário virtual, em março deste ano, e sua manifestação pelo reconhecimento da repercussão geral da matéria foi seguida por unanimidade. Fux destacou o potencial impacto em outros casos, tendo em vista o grande número de municípios brasileiros a serem beneficiados pela fonte de receita, caso mantida a tese fixada pelo TRF-4. Lembrou, ainda, que tramitam no STF ações cíveis originárias que discutem o mesmo tema.

No julgamento de mérito do recurso, o relator, ministro Alexandre de Moraes, votou pelo seu desprovimento. Ele considerou que, ao estabelecer que pertence aos municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, "sobre rendimentos pagos, a qualquer título", o constituinte originário optou por não restringir expressamente a que tipo de "rendimentos pagos" se referia.

Segundo ele, é necessário respeitar a literalidade da norma, e a expressão "a qualquer título" demonstra, nitidamente, a intenção de ampliar a abrangência do termo anterior a uma diversidade de hipóteses.

Alexandre de Moraes também afastou a alegada ofensa ao dispositivo constitucional que estabelece a competência da União para instituir o IR. Para o ministro, a previsão de repartição das receitas tributárias não altera a distribuição de competências, pois não influi na privatividade do ente federativo em instituir e cobrar seus próprios **impostos**, mas apenas na distribuição da receita arrecadada. (Com informações do STF)

# Aumento do IOF ou recursos para financiar a transferência de renda?

Na última sexta-feira (17) o Diário Oficial da União (DOU) publicou decreto editado pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, aumentando as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários, conhecido como Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de setembro a dezembro deste ano.

Consoante informações do governo, o aumento do IOF viabilizará uma arrecadação adicional de cerca de R\$ 2,14 bilhões voltada a custear, em 2021, o novo Bolsa Família, chamado de Auxílio Brasil. Para 2022, pretende-se financiar o programa social com os recursos decorrentes da recriação do imposto de renda sobre lucros e dividendos, proposição em tramitação no Congresso Nacional.

O quadro desenhado com a adoção da medida sugere, ao menos, três reflexões importantes acerca do governo Bolsonaro, da tributação brasileira e do combate à pobreza e à marginalização social no Brasil.

Primeiro, não deve ser dado maior crédito ao que anuncia o mandatário maior da nação. Com efeito, o Bolsonaro desde a campanha eleitoral e durante o exercício do mandato afirmou várias vezes que não aumentaria **impostos** (ou carga tributária).

Eis algumas dessas declarações: "Não vai ter aumento de imposto, não vai ter CPMF, não terá nada disso" (outubro de 2018); "Não tem aumento de carga tributária. Pode substituir imposto. Mas ninguém aguenta pagar mais imposto" (agosto de 2020); "O nosso país, Paulo Guedes, o governo federal não aumentou **impostos** durante a pandemia e não aumentará quando ela também nos deixar" (outubro de 2020); "No meu governo, não temos aumento de imposto federal" (janeiro de 2021) e "Reforma sim, mas sem aumento de imposto" (junho de 2021).

Portanto, não causa nenhuma surpresa o resultado de recente pesquisa realizada pelo Datafolha. Conforme o levantamento, 57% dos brasileiros dizem nunca confiar nas declarações de Jair Bolsonaro.

Segundo, até mesmo Bolsonaro reconhece e aceita a importância de políticas públicas voltadas para garantir renda mínima à parcela mais sofrida da sociedade

brasileira. A conversão possui razões estritamente eleitorais, até porque já qualificou o Bolsa Família de "coisa de comunista" (???)

Na mira do clã Bolsonaro está uma possível, mas incerta, reeleição presidencial. Considero secundário esse aspecto. Socorrer os necessitados é um imperativo jurídico, ético, político, social e econômico, mesmo que a iniciativa governamental tenha motivação das mais censuráveis.

Terceiro, deve ser destacado que as profundas diferenças socioeconômicas observadas na sociedade brasileira não são obras do acaso, defeitos de funcionamento das engrenagens socioeconômicas ou meras consequências da corrupção endêmica que assola as instituições públicas e privadas.

Convivemos com poderosos mecanismos, cuidadosamente construídos e ancorados na institucionalidade jurídica, viabilizadores da transferência de bilhões e bilhões de reais da grande maioria da população para um punhado de setores minoritários extremamente privilegiados.

Assim, as fontes de receita cogitadas pelo governo para criar ou recriar programas de transferência de renda (ou de renda mínima) não podem simplesmente "esquecer" o "andar de cima" da sociedade. O esforço fiscal subjacente não pode ser continuamente dirigido para "os andares de baixo" da pirâmide social (ou para o "mundo do trabalho e da produção").

Reitero, aqui, a proposta de uma fonte de financiamento, para o Auxílio Brasil e outras iniciativas similares, que atinge diretamente o "andar de cima". Trata-se de aumentar a tributação dos juros recebidos pelos bancos nas suas operações de crédito (as mais diversas formas de empréstimos concedidos a pessoas físicas e jurídicas).

Segundo dados do Banco Central, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou R\$4,3 trilhões em julho de 2021, sendo R\$1,8 trilhão de pessoas jurídicas e R\$2,4 trilhões de pessoas físicas. O Indicador de Custo do Crédito (ICC), medidor do custo médio de todo o crédito do SFN, apontou para 17,3% ao ano no mesmo mês de julho.

Percebe-se, com bastante facilidade, que uma montanha de cerca de R\$ 750 bilhões são pagos anualmente por pessoas físicas e empresas na forma de juros bancários no Brasil. Até porque o devedor de bancos no Brasil não paga a ("baixa") taxa Selic estabelecida pelo Banco Central. Esse, apesar de ser um dos principais problemas socioeconômicos brasileiros, inclusive por deprimir o consumo e a dinâmica econômica de forma significativa, raramente é objeto de alguma atenção da imprensa ou dos últimos governos, incluído o atual.

A proposta específica, a título de provocação para o debate, reclamando os estudos e ajustes pertinentes, envolve a utilização dos recursos advindos do aumento da tributação dos bancos, como antes posto. Essa massa de recursos pode viabilizar um vigoroso programa de transferência de renda e, ainda, concorrer decisivamente para a implementação da esquecida "renda básica de cidadania", definida pela Lei n. 10.835, de 2004.

Portanto, é preciso muito cuidado com o discurso oriundo do governo Bolsonaro, da grande imprensa e do mercado, sobretudo financeiro. O Brasil não se resume ao superávit primário, à corrupção, aos "privilégios" do funcionalismo público (embora existam alguns a serem suprimidos) e aos "demoníacos" gastos previdenciários.

A imensa maioria da sociedade brasileira nem imagina o que (e quanto) é "escondido" dela em termos de expedientes institucionalizados de transferência de riqueza (não se trata de corrupção) da imensa maioria da população para um punhado de "escolhidos".

ALDEMARIO ARAUJO CASTRO ADVOGADO

# Ameaça ao teto de gastos estressa o mercado

**Fernanda Fernandes***Fernanda Strickland*

A possibilidade de o governo detonar a regra do teto de gastos para bancar um benefício mensal de R\$ 400 para o Auxílio Brasil - programa com o qual o presidente Jair Bolsonaro pretende alavancar sua popularidade às vésperas das eleições do próximo ano - foi muito mal recebida no mercado financeiro. A Bolsa de Valores de São Paulo desabou 3,28%, ontem, enquanto o dólar subiu com força. A moeda norte-americana chegou a bater em R\$ 5,61 no meio da tarde, mas fechou a R\$ 5,59, com alta de 1,33% no dia. Foi o maior valor de fechamento desde 15 de abril.

A solução encaminhada pelo governo para viabilizar o benefício de R\$ 400, que seria temporário, válido apenas para 2022, previa que parte dos R\$ 85 bilhões necessários, cerca de R\$ 30 bilhões, ficaria fora do teto. Para analistas, a medida jogaria por terra o que ainda resta de credibilidade do governo na área fiscal. O rompimento do teto pressionaria ainda mais a **inflação**, que já passa dos 10% ao ano, e obrigaria o Banco Central a apertar a política monetária para tentar segurar a alta dos preços, derrubando de vez a atividade econômica.

Não à toa, as apostas do mercado, ontem, eram de que subiu para 90% a chance de o Comitê de Política Monetária (Copom), na reunião da próxima semana, elevar a taxa básica de juros, em 1,25 ponto percentual, levando a Selic para 7,50% ao ano. O fato de que altas autoridades do Executivo e da base de apoio parlamentar do governo não veem o cenário dessa mesma forma aumenta a preocupação dos investidores. Na noite de segunda-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que "não se pode pensar só em teto de gastos e responsabilidade fiscal" em detrimento da população. A declaração foi lida como uma senha para o abandono da regra fiscal pela classe política.

"O pagamento do benefício com um adicional fora do teto de gastos, mostra que não existe, de fato, uma âncora fiscal no país. E isso piora o balanço de riscos da economia. Por isso, o mercado se estressou", explicou Cristiane Quartaroli, economista do Banco Ourinvest.

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, disse que o Brasil está sendo precificado por sua capacidade de solvência fiscal, a qual se reduz à medida que Lira e Bolsonaro caminham para uma ampliação do deficit nas contas

públicas. "O (deputado) Lira chancela isso, impondo uma dicotomia inexistente entre responsabilidade fiscal e assistência social", afirmou.

Sanchez ressaltou que, além de derrubar a Bolsa e fazer o dólar disparar, os movimentos do governo provocaram alta de juros no mercado, com efeitos danosos sobre a economia. "Apenas de ontem para hoje (terça-feira), a subida dos juros retirou quase R\$ 6 bilhões do **PIB**", avaliou. "Esse montante faria uma grande diferença no social, dado que é o equivalente a 20% do orçamento anual do Bolsa Família."

O economista observou que, ao adiar a decisão sobre novo programa social, o governo pode ter dado um alívio momentâneo ao mercado, mas não eliminou o problema. "O governo cancelou o anúncio de auxílio Brasil de 400 reais, após a má reação do mercado. Entretanto, não cancelou o auxílio Brasil", disse.

Na opinião de César Berço, presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-DF), o governo vem conduzindo a questão do Auxílio Brasil com irresponsabilidade, e o mercado acaba lendo isso com muita preocupação. "O termômetro é o dólar, que não para de subir, e a bolsa também não para de cair. Embora a gente possa considerar que os fundamentos da bolsa não seriam para queda, obviamente o que está pesando bastante é essa anarquia fiscal que está acontecendo, em que o Ministério da Economia está desesperado em montar um plano para o Auxílio Brasil para beneficiar o presidente na próxima eleição", afirmou. "O novo auxílio precisa realmente ser aprovado, porque as pessoas necessitam desse recurso. Mas não da maneira irresponsável que está sendo posta pelo Executivo", disse.

Juros sobem

A avaliação de que o país está convivendo com um risco fiscal mais elevado, devido à tentativa do governo de romper o teto de gastos para financiar o Auxílio Brasil, fez os juros futuros dispararem no mercado financeiro. Ontem, o contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) mais líquido, para janeiro de 2023, fechou com taxa de 9,84% ao ano, ante 9,366% no dia anterior. O DI para janeiro de 2025 fechou com taxa de 10,89%, ante 10,275% na segunda-feira. A taxa do DI para janeiro de 2027 subiu de 10,664% para 11,19%. "A cena política pesou forte no mercado brasileiro: juros futuros disparando, com a parte mais curta (da curva) projetando Selic próxima da faixa de 10% no ano que vem, sem falar do dólar retornando para R\$

5,60", disse Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora. "Risco fiscal crescente, fraco crescimento e juros altos são uma combinação nada atraente", acrescentou.



# Governo adia anúncio do valor do Auxílio Brasil

Brasília - O governo federal cancelou em cima da hora o evento para anúncio do valor de R\$ 400 para o Auxílio Brasil, o programa social que vai substituir o Bolsa-Família. O motivo do adiamento seria a indefinição sobre a origem dos recursos para bancar o aumento sem estourar o teto de gastos, o que contraria o ministro da Economia, Paulo Guedes. O evento ocorreria às 17h, no Palácio do Planalto. Faltando meia hora, o Ministério da Cidadania confirmou o cancelamento e informou que será remarcada nova data, ainda sem previsão. Convidados chegaram a comparecer ao local e foram informados na porta de que a cerimônia não seria mais realizada. O anúncio abalou o mercado, fez a bolsa cair e o dólar subir, o que teria pesado, então, na decisão do cancelamento devido a essa reação negativa do mercado financeiro à proposta. A Bolsa de Valores de São Paulo chegou a cair mais de 3% e o dólar passou de R\$ 5,60 no fim do dia.

O presidente Jair Bolsonaro e a ala política do governo acreditam que o aumento da mensalidade do programa poderá alavancar popularidade, o que seria essencial visando a reeleição do chefe do Executivo. O valor médio das parcelas passaria dos atuais R\$ 189 para R\$ 400 até o fim de 2022. A quantia, defendida pela base do governo no Congresso Nacional, é acima da proposta inicial de R\$ 300 da equipe econômica, que, segundo fontes, estaria tentando frear qualquer possibilidade de que os pagamentos ultrapassem o teto de gastos públicos, ideia que estremeceu o mercado financeiro hoje.

Aprovado em 2016, chamado o teto de gastos veta crescimento da despesa do governo federal de cada ano à variação da **inflação** dos 12 meses anteriores.

Bolsonaro enviou uma medida provisória ao Congresso em 10 de agosto, criando o Auxílio Brasil. Como é medida provisória, o texto passa a valer imediatamente, mas tem de passar por votação no Congresso no prazo de 120 dias para ser definitivo. A expectativa do governo era pagar o benefício a partir de novembro, porque a última parcela do auxílio emergencial já está sendo paga. Mas ainda não existe certeza se será possível viabilizar o novo benefício no próximo mês e há possibilidade de o auxílio ser prorrogado novamente.

Inicialmente, o governo pretendia pagar R\$ 300 de

Auxílio Brasil, para 17 milhões de pessoas. O Bolsa Família atende hoje 14,6 milhões, com valor médio de R\$ 190. Para custear a diferença em novembro e dezembro desse ano, o governo aumentou em setembro a alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), um imposto que incide sobre operações de seguros e investimentos, de pessoas físicas e jurídicas.

Com esse o aumento de imposto, o governo previu arrecadar R\$ 1,6 bilhão, que complementaria R\$ 7,7 bilhões em recursos não utilizados do Bolsa Família, somando os R\$ 9,4 bilhões estimados como necessários para pagar o Auxílio Brasil de R\$ 300 reais por dois meses.

Para 2022, o financiamento do benefício ainda estava em aberto, dependendo de medidas incertas como a aprovação da PEC dos Precatórios, que adiará o pagamento pelo governo de dívidas com decisão judicial definitiva; e a **reforma tributária**, que prevê a taxação de lucros e dividendos, o que também geraria um aumento de receita.

Mas Bolsonaro determinou que o auxílio emergencial deveria ter valor de R\$ 400, e não R\$ 300. Assim, o novo benefício teria valor superior ao auxílio emergencial, que atualmente é de R\$ 150, R\$ 250 ou R\$ 375. Para acomodar o gasto extra em 2022, seria necessário uma despesa fora do teto de gastos de R\$ 30 bilhões.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>



# Para analistas, furar teto é dar com uma mão e tirar com outra

**Eduardo Cucolo**

O governo Bolsonaro e o Congresso Nacional podem criar um programa social mais robusto sem desrespeitar as regras fiscais, mas têm optado por soluções populistas e que vão resultar em aumento da **inflação**, menos crescimento e perda de poder de compra da população. Por outro lado, preservam o espaço para emendas parlamentares, subsídios e gastos eleitorais.

Essa é a avaliação de economistas ouvidos pela Folha após o presidente determinar que o Auxílio Brasil, nome dado à nova versão do Bolsa Família, chegue a R\$ 400, valor superior aos R\$ 300 anunciados anteriormente. A ideia é que essa diferença seja paga fora do teto de gastos.

O anúncio da medida foi marcado para esta terça-feira (19), mas adiado após a reação negativa do mercado, que se refletiu na alta do dólar e dos juros e queda na Bolsa de Valores.

Gabriel Barros, sócio e economista-chefe da RPS Capital e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente, afirma que alcançar o valor de R\$ 400 é difícil, mas não impossível, e que isso deveria ser feito por meio do corte de outras despesas.

"Há instrumentos para resolver essas questões. O governo optou pela pior saída, que vai desorganizar a economia brasileira e não vai proteger os mais pobres de fato. Eles vão receber com uma mão e perder com a outra", afirma Barros.

Para ele, é uma falsa solução achar que com o benefício de R\$ 400 fora do teto e desorganizando o arcabouço fiscal vai se resolver o problema. "Vai piorar para as pessoas que, supostamente, eles estão querendo proteger."

Ele afirma que a ala política do governo e o Parlamento estão usando o socorro aos mais pobres como desculpa para se apropriarem do orçamento público, ao colocarem essas despesas fora do teto para aumentar e manter subsídios e garantir recursos para outros fins eleitorais.

Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos, também afirma que um programa social

mais robusto é necessário, mas que essa ampliação não pode ser feita por meio de uma solução "criativa" e que ultrapassa o limite da responsabilidade fiscal.

"Com uma mão, aumenta o benefício. Com a outra, o governo entrega uma **inflação** maior, que vai corroer esse aumento, e uma piora da atividade econômica que vai manter essa população mais tempo fora do mercado de trabalho. Isso traz uma ilusão", afirma.

Abdelmalack também afirma que boa parte do espaço orçamentário que o governo vem buscando ao colocar despesas fora do teto, como no caso dos precatórios, pode resultar em aumento de recursos para emendas parlamentares.

Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, afirma que as condições financeiras podem se deteriorar ainda mais caso o governo acene com um patamar de aumento de endividamento ainda maior para essas despesas. Por outro lado, seria positivo se a ampliação do programa fosse feita com uma compensação orçamentária.

"Se encontrássemos uma fonte de financiamento, via aumento de imposto ou realocação de recursos já previstos no Orçamento, isso traria um tom positivo. Hoje a expectativa é todo esse processo gerar aumento da dívida pública", afirma.

Igor Velecico, economista-chefe da Genoa, afirma que não se pode descartar também uma ampliação do programa no Congresso de modo alcançar todas as pessoas que recebem atualmente o auxílio emergencial da pandemia, com um impacto estimado de R\$ 150 bilhões.

O valor é bem superior às estimativas de cerca de R\$ 30 bilhões para elevar o valor do programa social a R\$ 300 e zerar a fila atual do Bolsa Família, o que seria possível com a aprovação da PEC dos Precatórios.

Ele também afirma que colocar essas despesas sociais fora do teto vai abrir espaço para emendas e outros gastos eleitorais.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

**04**

# Após pressões, Planalto adia anúncio de auxílio fora do teto

Diante do risco de debandada no Ministério da Economia, o governo federal cancelou ontem o evento de lançamento do Auxílio Brasil, programa para substituir o Bolsa Família, com benefício mensal estimado em R\$ 400 no próximo ano. Ainda não há nova data para o anúncio oficial e permanece a tensão na Esplanada dos Ministérios entre as alas política, que pressiona por desembolso maior no ano de eleições, e econômica, que tenta evitar o rompimento do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas públicas acima da **inflação**.

A repercussão negativa foi forte no mercado financeiro e na própria equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, que teria sido o último a ser **comunicado** do entendimento entre Bolsonaro e a ala política. A informação de que a equipe econômica cederia à ala política, elevando os riscos fiscais do país, impactou nos mercados de capitais e de câmbio ao longo do dia. Também ecoavam nas mesas de operação as declarações de segunda-feira do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que não se pode "pensar só em teto e responsabilidade fiscal" em detrimento da população - lidas como uma senha para abandono da regra fiscal pela classe política.

No fim do dia, o Ibovespa, principal índice da B3, recuou 3,28%, a 110.672 pontos. O dólar chegou a R\$ 5,61 e fechou a 5,5938, alta de 1,33%, mesmo com ação do Banco Central no mercado de câmbio.

O lançamento oficial do programa estava previsto para as 17h, no Palácio do Planalto, quando, cerca de uma hora antes, o Ministério da Cidadania, responsável pelo Auxílio Brasil, confirmou o cancelamento do evento. Para conter a queda de popularidade em ano pré-eleitoral, o governo federal tenta viabilizai" a nova iniciativa.

A meta é que o benefício chegue a R\$ 400 em 2022, quando Bolsonaro deve disputar a reeleição. Para isso, parte desse valor, cerca de R\$ 100, seria contabilizado fora do limite de gastos. O valor extra-teto é estimado em R\$ 30 bilhões.

Entrave A previsão é de que o novo programa social para pessoas de baixa renda entre em vigor em novembro, quando se encerram os pagamentos do auxílio emergencial, realizado durante a pandemia. O entrave está na definição dos valores: a equipe

econômica defende R\$ 300 (o mesmo do auxílio emergencial), para caber no teto de gastos do governo, mas Bolsonaro insiste em um pagamento maior.

Oficialmente, o Auxílio Brasil já foi criado, por meio de uma medida provisória (MP) enviada ao Congresso Nacional em agosto. Embora tenha força de lei, a MP precisa ser aprovada por deputados e senadores em até 120 dias para começar a valer.

Há um desafio na busca de recursos para bancar o novo programa social a partir de 2022, já que ele custará mais do que o tíquete médio do Bolsa Família (que é de R\$ 189). Para isso, o governo também precisará do Congresso, com a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos precatórios e da reforma do Imposto de Renda - a última já passou pela Câmara dos Deputados.

As propostas devem abrir espaço no teto de gastos e aumentar os recursos para que o governo consiga bancar o benefício. Para viabilizar os pagamentos do Auxílio Brasil em novembro e dezembro deste ano, o plano encontrado pelo Planalto foi elevar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

O Auxílio Brasil será pago para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, de acordo com a renda mensal. Conforme o Ministério da Cidadania, atualmente o Bolsa Família tem 14,6 milhões de beneficiários. A ideia é que o Auxílio Brasil chegue a 17 milhões.

Ontem, diante de apoiadores em frente ao Palácio do Planalto, Bolsonaro negou que tenha culpa pela crise econômica no país: - O tempo todo eu sou o responsável por tudo, se é assim, ache um cara melhor, sem problema nenhum. Tem muita gente boa candidata por aí. Vou cumprir meu mandato, sem problema nenhum, fazer o que é possível.

Como de costume, o presidente voltou a jogai" a crise nas medidas restritivas adotadas por governadores e prefeitos para conter o coronavírus.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20211020#page/1>

# Precatórios: à espera de acordo

**FERNANDA FERNANDES**

A Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição dos Precatórios (PEC 23/2021) já estava com tudo pronto para votar o parecer final do relator Hugo Motta (Republicanos-PB), ontem, quando a deliberação precisou ser adiada novamente. Dessa vez, não a pedido dos parlamentares, que em 7 de agosto haviam solicitado mais prazo para apreciar a matéria, mas a pedido do deputado Diego Andrade (PSD-MG), presidente da comissão. Ele adiou a sessão para hoje para que o relator, Hugo Motta (Republicanos-PB), fizesse alterações finais no texto.

Um dos motivos do adiamento seria a necessidade de aguardar a decisão do presidente Jair Bolsonaro sobre o Auxílio Brasil, especialmente após a informação de que o valor médio dos benefícios do programa seria de R\$ 400, e não mais de R\$ 300 como anunciado anteriormente. Nesse caso, Motta precisaria incluir no texto autorização de mais R\$ 30 bilhões em despesas, fora da regra do teto de gastos.

O parecer do relator propõe a criação de um teto para os precatórios, com um limite de R\$ 40 bilhões para pagamento das dívidas judiciais da União no ano que vem, calculado com base no valor cobrado em 2016 (quando foi criado o teto de gastos públicos), corrigido pela **inflação**. O texto propõe, ainda, que o restante da dívida acumulada, cerca de R\$ 50 bilhões (remanescentes do total de R\$ 89,1 bilhões para 2022), seja postergado para 2023.

Para o relator do programa Auxílio Brasil, deputado federal Marcelo Aro (PP/MG), a medida não é "saudável", uma vez que tem prazo de validade e poderá trazer problemas ainda maiores no futuro. "Na minha opinião, esses 50 bilhões são temporais, porque tem data para terminar, e a data seria dezembro de 2022. Estaríamos discutindo uma política pública com data final", criticou.

Camila Abdelmalack, economista chefe da Veedha Investimentos, concorda com o relator. "A questão é que a gente tem que endereçar a situação das contas públicas como um todo, e não como paliativo. Não adianta aliviar a situação em um ano e acumular um estoque de dívidas para anos subsequentes. Isso não traz segurança econômica", afirmou.

Senado aprova vale-gás

O Senado aprovou, ontem, a criação de um vale-gás

para bancar metade do preço do gás de cozinha a famílias de baixa renda por cinco anos. De acordo com a proposta, quem estiver inscrito nos programas sociais do governo terá direito a um subsídio de, no mínimo, 50% do valor do botijão de 13 quilos. A proposta havia sido aprovada na Câmara e dependerá, agora, de uma nova votação entre os deputados, pois houve mudanças.

# Relator da PEC dos Precatórios se diz 'aberto' a ajustes no texto

**LORENNA RODRIGUES BRASÍLIA**

Em meio às expectativas para o anúncio do novo Auxílio Brasil, a comissão especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos precatórios cancelou a sessão prevista para ontem, às 14h, para discutir e votar o relatório apresentado pelo deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). Um novo encontro foi marcado para hoje, no mesmo horário.

A votação da PEC é importante porque depende dela a abertura de espaço no teto de gastos para o novo programa social e outras despesas, já que "empurra" parte dos R\$ 89,1 bilhões previstos em pagamentos com precatórios (dívidas definidas pela Justiça) em 2022 para o ano seguinte.

O teto de gastos é a regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. Como mostrou o Estadão/Broadcast, a equipe econômica prevê uma despesa de R\$ 30 bilhões fora do teto de gastos para bancar um dos auxílios temporários e garantir um benefício total de R\$ 400 à população de baixa renda em 2022, ano de eleição. Uma das alternativas para viabilizar isso seria incluir essa exceção na PEC dos precatórios.

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, Motta tem dito a interlocutores que "está aberto" a mudanças, mas ainda não há nada definido.

Em seu parecer, apresentado há duas semanas, o relator prevê, a cada exercício, um teto para o pagamento dos precatórios estabelecido pelo valor pago em 2016, corrigido pela inflação.

No ano que vem, o limite seria de cerca de R\$ 40 bilhões, o que abriria um espaço de R\$ 50 bilhões para outras despesas.

O texto de Motta prevê ainda que o limite de cada exercício seja reduzido da projeção para a despesa com o pagamento de aquisições de pequeno valor para o mesmo exercício, que teriam prioridade no pagamento.

Renegociação

R\$ 89,1 bi é o total previsto em precatórios que vencem em 2022

R\$ 40 bi é o limite de pagamento proposto, o que rolaria quase R\$ 50 bi de dívidas

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# AUXÍLIO TRIBUTÁRIO (Editorial)

Uma das deformações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é o fato de ser um tributo regressivo. Ou seja, não distingue, no momento em que é cobrado, a condição econômica do contribuinte. Ricos e pobres recolhem o mesmo quando adquirem um item. Assim, torna-se reconhecidamente injusto, contribuindo para perpetuação da distorcida realidade brasileira que faz com que as pessoas mais carentes acabem oneradas em uma proporção maior em relação à renda.

Diante desse quadro, é louvável a iniciativa do governo gaúcho de desenhar um programa que prevê a devolução de valores relativos a ICMS a mais de 430 mil famílias carentes do Estado, com um número total de beneficiados ultrapassando 1 milhão. Prevê o Piratini que serão depositados por ano cerca de R\$ 400 por cadastrado, com o dinheiro sendo repassado por meio do Cartão Cidadão, vinculado ao Banrisul, que poderá ser utilizado para compras na modalidade débito em cerca de 140 mil estabelecimentos.

É um valor que, à primeira vista, pode até parecer modesto. Mas, diante do quadro de elevado desemprego e alta dos preços acima de 10% no acumulado do período de 12 meses, é uma ajuda que pode fazer significativa diferença em milhares de lares do Rio Grande do Sul. Sabe-se que a **inflação** é um mal que atinge de forma mais aguda os cidadãos despossuídos, que desembolsam uma fatia maior da renda com gastos básicos, como alimentos, que aliás sobem acima da média de todos os produtos e serviços presentes no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O Indicador Ipea de **Inflação** por Faixa de Renda, por exemplo, mostra que, para as famílias consideradas de extrema vulnerabilidade, a disparada do custo de vida em 12 meses até setembro chega a 11%.

Se a intenção é meritória, resta o desafio de colocar a iniciativa em prática para atingir os objetivos traçados. O chamado auxílio emergencial gaúcho, para ilustrar, ficou bem aquém de seus propósitos. As dificuldades passam por fazer chegar aos potenciais beneficiários as informações para que saibam do novo direito e, para isso, será necessária a ação na ponta, mais precisamente dos municípios. O fato de agora ser utilizado o cadastro do Bolsa Família pode facilitar o trabalho.

O programa, que passou pela Assembleia no final do ano passado, prevê, além dos depósitos trimestrais, inicialmente de R\$ 100, uma parcela variável a partir

de 2022 que dependerá da adesão ao programa Nota Fiscal Gaúcha. Assim, as famílias poderão ter maior retorno financeiro de acordo com as vezes em que pedirem para inserir o CPF na nota de compra. Trata-se de uma contrapartida lógica que, por outro lado, visa diminuir a sonegação e elevar a arrecadação do Estado. Há, portanto, a previsão de ganhos mútuos, para cidadãos e também para o governo gaúcho, enquanto se faz um pouco de justiça tributária.

## OPINIÃO DA RBS

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20211020#page/1>